



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

**CONTRATO Nº 67/2020**

### CONTRATO DE RATEIO EXERCÍCIO 2020

#### **- DAS PARTES CONTRATANTES**

**MUNICÍPIO DE IBIPORÃ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 76.244.961/0001-03, com sede na Rua Padre Vitoriano Valente, nº 540, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **João Toledo Coloniezi**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG sob nº. 195.941-4 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº. 328.339.709-00, residente e domiciliado na Rua Antonio Betiatti, nº 87, Jardim Boa Vista I, na cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, doravante denominado simplesmente de **CONSORCIADO**.

**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO PARANAPANEMA - CISMEPAR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº. 00.445.188/0001-81, com sede na Travessa Goiânia, 152, centro, na cidade de Londrina, Estado do Paraná, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. **Roberto Dias Siena**, brasileiro, casado, comerciante, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.427.651-8 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 623.960.999-49, residente e domiciliado na Rua Martini Siena nº 261 na cidade de Tamarana, doravante denominado simplesmente de **CONSÓRCIO**.

#### **- DO OBJETO**

**Cláusula Primeira** - O Presente Instrumento tem por objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os entes CONSORCIADOS nos termos do artigo 8º da Lei nº 11.107/05 e é oriundo da Adesão do CONSORCIADO ao Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Paranapanema, Lei Municipal nº. 2.550/2012 de 05 de junho de 2012.

§ 1º - Consideram-se despesas do CONSÓRCIO, entre outras que vierem a ser regularmente instituídas, as de execução do objeto e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no Contrato de Consórcio Público, tais como as despesas de aquisição de material permanente, ampliação das atividades ambulatoriais de competência do CISMEPAR, salários e obras e instalações para a manutenção e ampliação da sede.

§ 2º - Abaixo segue o quadro com o desdobramento contábil das despesas estimadas para o exercício de 2020.

PCASP

DESDOBRAMENTO ANALÍTICO

Ibiporã  
População:

Rua Padre Vitoriano Valente, 540 - Fone: (43) 3178-8404  
CEP 86200-000 - www.ibipora.pr.gov.br  
CNPJ: 76.244.961/0001-03



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

				53.970 Habitantes	
				Fonte	Percentual 5,645%
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>				<b>CR - DESPESAS COM PESSOAL</b>	
3	1	90	11	1067	319.147,67
					235.757,25
3	1	90	13		21.461,13
					2.763,84
3	1	90	16		26.160,55
					1.413,53
3	1	90	46		1.129,07
					30.462,31
3	1	90	91		
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>				<b>CR- OUTRAS DESPESAS CORRENTE</b>	<b>1069</b>
3	3	90	14		3.189,62
					62.769,35
3	3	90	30		1.467,79
					92.775,23
3	3	90	33		10.585,03
					1.409,15
3	3	90	39		
<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>				<b>CR - INVESTIMENTOS</b>	<b>1.070</b>
3	3	90	40		7.338,96
					7.338,96
3	3	90	91		-
					498.682,80
4	4	90	52		
4	4	90	51		
<b>TOTAL</b>					

### - DAS OBRIGAÇÕES

**Cláusula Segunda** – O CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao CONSÓRCIO o recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA, que corresponderá às despesas de manutenção elencadas na Cláusula Primeira, caput e parágrafos deste Instrumento.

**Parágrafo único.** O CISMENPAR deve reter os montantes a título de Imposto de Renda sobre os rendimentos por ele pagos, a qualquer título, para que os devolva através de depósito em conta específica que o CONSORCIADO indicar. A critério do CONSORCIADO, poderá haver compensação entre os valores a serem devolvidos em razão da retenção do imposto de Renda e o valor da cota de contribuição mensal devida pelo CONSORCIADO, sendo que eventual



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

diferença deverá ser devolvida pelo CISMEPAR no caso de a retenção ser maior do que o valor da Contribuição, ou ser complementada pelo CONSORCIADO no caso do valor retido ser menor do que o valor da Contribuição.

### **- DO VALOR DA PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA E DA FORMA DE PAGAMENTO**

**Cláusula Terceira** - Fica estabelecido que o CONSORCIADO repassará mensalmente ao CONSÓRCIO a importância de R\$ **41.556,90** (quarenta e um mil quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa centavos), valor equivalente à razão de R\$ **0,77** (setenta e sete centavos de real) por habitante, estipulado conforme índice populacional divulgado pelo IBGE, segundo a Estimativa Populacional TCU publicada no DOU de 31 de Agosto de 2018, que atualmente encontra-se na quantidade de 53.970 habitantes.

§ 1º - O valor total a ser repassado ao CONSÓRCIO, para o exercício de 2020, equivalente à soma do valor de cada PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA MENSAL, é de R\$ **498.682,80** (Quatrocentos e noventa e oito mil seiscentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos).

§ 2º - O valor de R\$ **0,77** (setenta e sete centavos de real) Resolução nº 263 de 05 de Agosto de 2019, publicada no DOE do CISMEPAR em 06/08/2019 (edição nº 1208) por habitante, foi estipulado e aprovado na 133ª Assembleia Ordinária do Conselho de Prefeitos do CONSÓRCIO por meio da Resolução nº 261 de 05 de agosto de 2019 referente ao **Plano de Ação Conjunta de Interesse Comum - PLACIC do CISMEPAR** e resolução nº 262 referente ao **Plano de Aplicação Anual do CISMEPAR** de 09 de agosto de 2019, publicadas no DOE do CISMEPAR em 09 de agosto de 2019 (edição nº 1211).

§ 3º - Do valor total mensal devido pelo CONSORCIADO serão descontados:

I - O valor equivalente ao da folha de pagamento dos servidores cedidos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO, o qual será apurado mês a mês, para a aferição do valor do repasse remanescente da COTA DE CONTRIBUIÇÃO;

§ 4º - Os profissionais cedidos pelo CONSORCIADO ao CONSÓRCIO, na data de assinatura deste Instrumento, são os abaixo elencados:

1- **Luciane Akemi Iria Fujita:**

- a) O município fará jus a uma cota extra de 20 (vinte) consultas semanais com a referida profissional acima, além da cota de consultas pelo rateio da regulação do consórcio.
- b) Quanto ao custeio da profissional, este será de 25% pago pelo município e 75% custeado pelo consórcio

2- **Andréa Aparecida Stroka Roza de Lima:**

- a) Quanto ao custeio da profissional, este será de 100% pago pelo município .



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

§ 5º - Para fins de apuração do valor do custo mensal folha de pagamento dos profissionais cedidos ao CONSÓRCIO (§ 3º, inciso I) serão consideradas as seguintes parcelas da sua folha de pagamento:

- a) salário básico (estatutário) ou vencimento pago a médico plantonista;
- b) Adicional de Insalubridade;
- c) Auxílio Alimentação;
- d) Encargos Previdenciários – patronal;
- e) Encargo patronal;
- f) 50% do 13º salário;

§ 6º - O CONSORCIADO não poderá efetuar desconto na COTA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL nos casos abaixo enumerados:

- a) retorno do profissional ao seu vínculo de origem;
- b) aposentadoria;
- c) qualquer afastamento ou licença por motivo de saúde;
- d) férias;
- e) férias prêmio;
- f) licença não remunerada.

§ 7º - O valor da COTA DE CONTRIBUIÇÃO estabelecida nesta Cláusula poderá ser alterado por decisão tomada em Assembleia do Conselho de Prefeitos para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do instrumento celebrado entre o CONSÓRCIO e os CONSORCIADOS, tudo conforme previsto no Contrato de Consórcio Público.

**Cláusula Quarta** – O pagamento da COTA DE CONTRIBUIÇÃO deverá ser realizado de acordo com as seguintes condições:

- a) O CONSORCIADO efetuará o pagamento de sua COTA DE CONTRIBUIÇÃO do mês atual até o dia 10 (dez) do mês subsequente.
- b) - O pagamento da COTA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL deverá ser depositado em conta corrente que o CONSÓRCIO indicar no corpo da Nota Fiscal emitida por ocasião do faturamento.
- c) – O CONSORCIADO realizará as transferências referentes à execução das despesas do contrato de rateio empenhando-as conforme os elementos despesa descritos no §2º da Cláusula Primeira deste Contrato, com o fim de garantir a perfeita compatibilidade dos códigos fonte/destinação de recursos registrados na execução orçamentária do Consórcio, em conformidade com o art.º da Portaria nº 274/2016 da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.



## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

### - DAS PENALIDADES

**Cláusula Quinta** - Fica estipulada uma multa de 1% ao mês sobre o valor da COTA DE CONTRIBUIÇÃO MENSAL fixada na Cláusula 3ª, sendo o valor corrigido monetariamente, no caso de atraso no pagamento (alínea "j" da Cláusula 64 do Contrato de Consórcio Público).

**Cláusula Sexta** - O atraso no pagamento da COTA DE CONTRIBUIÇÃO por um período superior a 180 dias após o seu respectivo vencimento acarretará a suspensão automática da prestação de serviços pelo CONSÓRCIO e conseqüentemente, as punições conforme estabelece a Cláusula 77 e seus incisos, todos do Contrato de Consórcio Público e o artigo 8º, § 5º da Lei nº 11.107/05.

### - DA RESCISÃO

**Cláusula Sétima** - O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a outra parte caiba direito de indenização de qualquer espécie, nos seguintes casos:

I - Se o CONSÓRCIO for extinto, conforme dispõem as Clausulas 78/79 do Contrato de Consórcio Público;

II - Se o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSÓRCIO, desde que atendidas às formalidades estabelecidas no art. 8º, § 5º e arts. 11 e 12, § 2º, todos da Lei nº 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).

### - DAS CONDIÇÕES GERAIS

**Cláusula Oitava** - As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias: Conta despesa 5310, 3.1.71.70.00.00 (**despesas com pessoal**), 5400 3.3.71.70.00.00 (**outras despesas corrente**), 5545, 4.4.71.00.00 (**investimentos**), próprias do CONSORCIADO.

**Parágrafo único** - A celebração do presente contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV da Lei Federal nº 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

**Cláusula Nona** - A vigência do presente contrato será do dia 01º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020.



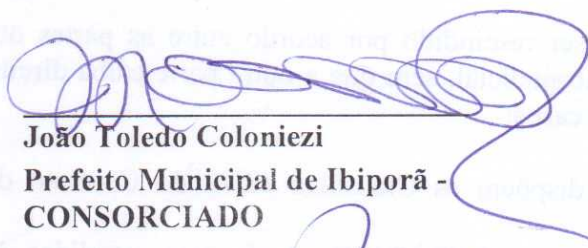
## PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IBIPORÃ - PR

### - DO FORO

**Cláusula Décima** – As partes elegem de comum acordo o Fora da Comarca de Londrina/PR para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento, assinam-no na presença das duas testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, destinando-se 01 (uma) via para cada parte interessada.

Ibiporã/Pr, 01 de janeiro de 2020.


  
João Toledo Coloniezi  
Prefeito Municipal de Ibiporã -  
CONSORCIADO

Testemunhas:

1 -

  
Nome: Paulo Roberto Zapparoli

CPF nº. 083.645.919-91

  
Roberto Dias Siena  
Consórcio Intermunicipal de Saúde do  
Médio Paranapanema - CONSÓRCIO

2 -

  
Nome: Veronica Sanches Gomes

CPF nº. 045.852.559-66